Jogos e apostas online, qual a sua real relevância na economia do pais?

Autor(res)

Thiago Ribeiro De Carvalho
Yasmin Araújo Freitas
Marcos Vinícius Santos De Assis
Cintia Batista Pereira
Marcos Paulo Andrade Bianchini
Renata Apolinário De Castro Lima
Renato Horta Rezende

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

As primeiras evidencias de jogos de apostas surgiram a cerca de 10 mil anos atrás, por meio de praticas das civilizações da época.
Suas competições eram por meio de flechas, pedras e lanças, uma forma bastante primitiva de competição.
Atualmente este cenário de apostas tem tomado uma proporção cada vez maior. Os Brasileiros perderam cerca de 24 bilhões de reais em jogos e apostas on-line em um ano, além de criarem um grande vício em apostas.
Mas existe reponsabilidades para quem cria ou gerencia estas apostas?
E como a economia interna se comporta em relação a esses grandes números de apostas?

Objetivo

O objetivo deste trabalho e apresentar a real importância da responsabilidade legal aos reais infratores, e a conscientização contra os jogos ilegais.

Material e Métodos

O estudo e metodologia utilizada neste trabalho foi uma longa e profunda pesquisa no estudo do caso, aonde foram coletados dados, discursões e informações, para o desenvolvimento deste trabalho assim como reportagens artigos e teorias, estudos aprofundados as leis de responsabilidade e ao código tributário absorvidos nas aulas e pesquisas afim, dadas pelos professores e pelo orientador escolhido..

Resultados e Discussão

As apostas no Brasil movimentam cerca de 1% do PIB, entretanto comprometem até 20% do orçamento livre dos mais pobres, diz estudo.
Causando mais prejuízos do que benefícios a economia interna do pais, sem falar no grande risco e negligencia as reais necessidade econômicas dentro do contexto familiar.

Atualmente o governo federal tem rastreado apostas feitas a partir do benefícios cedido pelo governo o “Bolsa família”.

À uma responsabilidade legal que se estende além da esfera penal. podendo ser objeto de ação indenizatória, sob alegação de propaganda enganosa e consequente violação do CDC.
A legislação veda a publicidade abusiva e enganosa, reconhecendo-a como crime contra o consumidor (CDC, art. 37), e podendo ser penalizado com multa e reclusão de 2 meses a 6 anos.
Entretanto cabe ao Estado a real urgência e interesse no cumprimento da lei.
A responsabilidade aos criadores, incentivadores e ate mesmo na própria circulação interna destes jogos.

Conclusão

Através deste trabalho, deve se destacar a real importância e do comprometimento do Estado com a educação e conscientização para então por um fim a essa vasta e numerosa "pandemia" de apostas ilegais.

Referências

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm
www.cnnbrasil. /economia/macroeconomia/apostas-movimentam.com.br
CONSTITUIÇAO FEDERAL. 52o Edição 2017 CAMERA LEG BR.